



Coletânea de artigos sobre grupos apoiados pelo Fundo Socioambiental CASA no Brasil

Artigos escritos por: Bill Hinchberger, ex-correspondente do *Financial Times* e da *Business Week* no Brasil, Bill Hinchberger é o criador e editor de BrazilMax, “o guia esperto do Brasil.”
<http://www.BrazilMax.com>

Tradução do inglês: Cristina Cavalcanti.

Revisão: Jones de Freitas.

Guapiruvú

Antonio Carlos “Carlinhos” de Lara está em liberdade condicional por ter extraído palmito ilegalmente de um parque estadual perto de sua casa. Um sujeito forte de 37 anos e atraente como um astro de cinema, Carlinhos foi pego duas vezes pelos fiscais do parque. Uma das vezes ele passou 30 dias na cadeia.

Quando não está em reunião com o agente de liberdade condicional, Carlinhos agora passa grande parte de seu tempo plantando e cuidando de palmeiras na reserva florestal, em vez de cortar os palmitos com seu facão. Com um empréstimo de R\$ 200,00 (quase US\$ 84) da Associação de Amigos e Moradores de Guapiruvú (AGUA) somados a uma pequena poupança, ele conseguiu comprar 30.000 mudas de palmeiras. Em breve poderá fazer a colheita e acrescentar algumas centenas de dólares à sua modesta renda de pequeno agricultor de bananas. “Ele vai pular de alegria”, prevê um vizinho.

Guapiruvú, que reúne 150 famílias ao final de um longo trecho de estrada de terra, está localizado no parque Estadual Intervales, no estado de São Paulo. Junto ao bairro há outros dois parques estaduais. As três reservas protegem um pouco do que restou da Mata Atlântica. A Mata Atlântica, hoje composta por uma série de trechos isolados de verde que resistem na costa leste onde predomina o gris, no passado cobria um vasto território, comparável à Amazônia.

São Paulo é o estado mais rico do Brasil, mas Guapiruvú está localizado no Vale do Ribeira, na chamada região nordeste de São Paulo. A referência não é geográfica; o Vale do Ribeira ocupa a ponta sudeste do estado. Trata-se de uma comparação com o Mississippi brasileiro, o Nordeste empobrecido.

Mais da metade do Vale do Ribeira é composta por unidades de conservação. Para pessoas pobres e com baixa escolaridade como Carlinhos, a extração ilegal de palmito tornou-se uma das opções viáveis de sobrevivência. “Eu cortava os palmitos por necessidade”, ele disse. Sabe-se que a extração ilegal continua a ser a principal fonte de renda em Guapiruvú.

Ao promover o desenvolvimento econômico baseado no trabalho comunitário e no respeito ao meio ambiente, a AGUA ajuda a oferecer alternativas à caça e à extração predatórias. De um coletivo de distribuição de bananas às brigadas infantis de coleta de lixo, do ecoturismo ao



agroflorestamento(a integração da agricultura sustentável à floresta natural), da pesquisa de plantas medicinais ao programa de microcrédito que beneficiou Carlinhos, a AGUA parece fazer de tudo. São Paulo, a capital, orgulha-se de ser a cidade que nunca dorme. Em Guapiruvú, parece que o desenvolvimento comunitário ocorre 24 horas por dia, 7 dias na semana. “Eles nos dizem que devemos ter um foco”, diz o líder comunitário Gilberto Ohta de Oliveira. “Mas nós temos um foco - o desenvolvimento sustentável”.

Guapiruvú já conheceu o desenvolvimento antes, ainda que não tenha sido do tipo sustentável. A trajetória de Carlinhos ilustra isso. Há duas décadas ele trabalhava numa serraria que processava troncos extraídos ilegalmente. Quando as autoridades começaram a reprimir, ele plantou gengibre no lote familiar. Os compradores se apresentavam e ofereciam generosos adiantamentos em dinheiro. Carlinhos não foi o único morador das redondezas a comprar um carro e viver folgado – e quase morreu jovem quando uma praga dizimou o gengibre. As folhas das plantas ficaram amarelas; os rizomas apodreceram e, com eles, a economia local.

Um bairro bastante isolado (nem os onipresentes celulares funcionam lá), Guapiruvú faz parte do município de Sete Barras. Com a quebra do gengibre, Carlinhos vendeu seu trator e mudou para a cidade. Quando as coisas não funcionaram, ele voltou para suas terras e começou a extrair palmitos ilegalmente. Outros voltaram a plantar bananas, o produto primário tradicional da região. “Sete Barras era a capital da banana”, lembra a líder comunitária Matilde Hespanho do Carmo. As bananas deram certo por um tempo, até que o mercado entrou em colapso e os preços por atacado caíram vertiginosamente.

A situação parecia sombria, mas Guapiruvú foi abençoado com um punhado de ativistas comunitários de primeira linha. O bairro conta com uma organização comunitária que funciona muito bem. O parceiro brasileiro do GGF, Vitae Civilis, havia trabalhado com os moradores de Guapiruvú em um projeto regional para promover as plantas medicinais. Por isso, quando a Vitae Civilis começou a procurar parceiros potenciais entre os grupos comunitários coesos do Vale do Ribeira, as peças se encaixaram. “Nós falamos a mesma língua”, afirma Ohta.

Isto foi em 1997. Com a ajuda da Vitae Civilis, a Associação de Amigos e Moradores de Guapiruvú enfrentou a burocracia e foi legalmente reconhecida. Na primeira fase, os projetos conjuntos incluíram assistência em extensão agrícola e capacitação para mulheres da comunidade.

Muitos projetos da AGUA destinam-se a criar um amortecedor econômico para os ciclos de altos e baixos que assolaram a comunidade em décadas recentes. Geraldo Xavier de Oliveira é um camponês típico que parece saído do elenco de um filme. Mas o agricultor de 52 anos afirma que as raízes de seu ativismo remontam à sua oposição à ditadura militar de 1964-1985 como líder sindical e ao movimento de Teologia de Libertação da Igreja Católica. Enquanto mostrava as mudas de palmeiras que plantou consorciadas com bananeiras, ele explicou porque adotou o agroflorestamento, que exige trabalho intensivo e tem insumos limitados. “Ganhar dinheiro rápido é uma coisa”, ele diz. “Ganhar dinheiro com segurança é outra. Nós aqui estamos pensando na sobrevivência”.

Este realismo de pés na terra estende-se à maneira como a AGUA emprega seu dinheiro: de maneira cautelosa, consciente e frugal. Ao receber a subvenção do Greengrants Global Fund, os líderes comunitários guardaram o dinheiro em virtual custódia enquanto debatiam como aplicá-lo. Mais tarde, fizeram um empréstimo a empreendedores comunitários para a compra de um trailer para transportar turistas até o rio, onde descem a correnteza em câmaras de ar.



O resto foi destinado ao fundo rotativo de microcrédito que ajudou Carlinhos a comprar suas mudas de palmeiras.

Em alguns anos, a AGUA cresceu a ponto de ser chamada pela Vitae Civilis a participar de campanhas e projetos nacionais e internacionais, entre eles as reuniões preparatórias para a cúpula de desenvolvimento de Johannesburgo em 2002. “Ajudamos a criar esta criança”, disse Gemina Born, coordenadora de programas da Vitae Civilis. “Agora ela é nossa parceira”.

Serra da Abelha, Santa Catarina

Os habitantes da zona rural catarinense são instintivamente reservados e desconfiados, mas Luiz Backes consegue ser ainda mais fechado que os demais.

Os minutos escoam em silêncio, o suficiente para homenagear todos os mártires das lutas pela terra no Brasil, enquanto ele enrola um cigarro e pondera suas próximas palavras – ou decide permanecer calado. Mas, uma vez que começa a falar, o camponês idoso e áspero soa como um visionário sócio-ambiental. “Nossa preocupação aqui, eu chamo isso a minha doutrina, é conservar a floresta, especialmente os pinheiros”, ele finalmente cede.

“Já foi tudo assim até a Argentina”, ele continua, apontando sem jeito para a mata em frente à sua varanda. A paisagem mostra diversos exemplares da araucária, o pinheiro paranaense achatado no alto; seu tronco alto e reto pode alcançar 50 metros e os ramos, ligeiramente curvados, apontam para o alto e se abrem no topo. De acordo com dados do governo, restam apenas 5% das florestas originais de araucárias. A maior parte dos pinheiros foi derrubada no século vinte. “Eles deixaram os interesses especiais derrubarem a floresta”, diz Backes.

Antes que virasse moda conjugar os interesses do meio ambiente com os interesses dos pobres, os membros da pequena comunidade de São José dos Pinhais criaram uma barreira ao desmatamento ao defender seu direito de cultivar a terra como pequenos agricultores de subsistência, enfrentando uma e depois outra companhia madeireira. Hoje eles se deparam com outros desafios, inclusive por parte de um grupo indígena vizinho que tenta ampliar sua reserva nos arredores.

Em 1948, cinco famílias ocuparam o que acreditavam serem terras devolutas. Nos anos seguintes, as companhias madeireiras empregaram todo tipo de ardil para tentar fraudar, enganar e ameaçar os posseiros para que se mudassem dali.

Quatro décadas atrás, Didi Agostinho era o líder da comunidade, então conhecida simplesmente como Posses. Em 1965 ele obteve do governo militar uma promessa por escrito de legalização das terras. Morreu sem vê-la cumprida. Das mãos da viúva de Agostinho, o documento fatídico passou às mãos de um congressista. E desapareceu.

Casas, estábulos e ferramentas foram incendiados. Pistoleiros ameaçavam abertamente os agricultores desarmados que cuidavam de suas plantações. A polícia criou um posto de controle – não para desarmar os pistoleiros, mas para revistar indiscriminadamente os membros da comunidade que passavam por ali. Alguns chegaram a mudar-se: o número de famílias diminuiu de 70, no final da década de 1960, para os atuais 37. “Foi uma perseguição danada”, afirma Faustino Cardoso, um líder comunitário de longa data. “Era inseguro ir a



qualquer lugar. Aquela foi uma época horrível”. Antenor Cardoso, um vizinho antigo, acrescenta: “Nós não conseguíamos descansar tranquilos à noite”.

“Ninguém nos ajudou”, recorda Backes, presidente da Associação José Valentim Cardoso (Ajovacar), organizada pelos moradores em 1977 para defender seus interesses e preservar sua cultura e seu patrimônio. “Tivemos que lutar contra as autoridades, os promotores e os pistoleiros. Continuo vivo pela graça de Deus. Os policiais, os detetives, os juízes – foi muito difícil conseguir que alguém nos ajudasse”.

Quando podiam, as pessoas seguiam com suas vidas, semeando milho, feijão e arroz. Alguns começaram a criar abelhas para produzir mel. Muitos assinaram contratos para fornecer tabaco às companhias de cigarros. Eles construíram uma série de novas escolas e melhoraram as que tinham uma só sala de aula. Transferiram suas casas para locais mais altos para que sua comunidade ficasse acessível ao padre itinerante que vinha rezar missa.

Apesar de todos estes esforços, sem os títulos de propriedade os moradores de Posses não conseguiam livrar-se de sua indesejada reputação na cidade. “Pensavam que éramos vigaristas, ladrões e coisas assim”, conta Lourival Backes, um dos filhos de Luiz. Então os homens foram à forra e deram boas risadas quando seu time de futebol municipal perdeu a maior parte dos jogos, mas obteve um prêmio pelo espírito esportivo. Em uma jogada inteligente de relações públicas, a comunidade rebatizou o povoado como Santa Cruz dos Pinhais, na década de 1980, como uma forma de livrar-se da má fama de invasores.

Eles continuaram insistindo para que as autoridades reconhecessem seus títulos de propriedade. Os líderes comunitários visitaram as autoridades locais. Viajaram para Florianópolis, a capital do estado. Viajaram até Brasília, a capital federal. Buscaram aliados na Comissão Pastoral da Terra da Igreja Católica, criada para ajudar camponeses sem terras, e na Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (APREMAVI), um grupo ambiental da região.

Em 1996, a APREMAVI ajudou a convencer o governo federal a criar a Reserva Ecológica Serra da Abelha. A reserva ocupa uma área de 4.604 hectares que engloba as posses rurais da comunidade e mais de 8.000 pinheiros adultos de araucária. Em teoria isto diminui a pressão dos madeireiros, ainda que, segundo alguns observadores, os grupos indígenas vizinhos queriam expandir sua reserva precisamente para vender seus direitos de explorar a madeira.

A luz elétrica finalmente chegou a Santa Cruz dos Pinhais no ano passado. Um grupo comunitário trabalha para criar a infra-estrutura necessária para receber os ecoturistas que desejam visitar a floresta e as cachoeiras e cavernas que ela oculta. Mas os moradores continuam esperando pelo plano de manejo da reserva, que vai ajudar a determinar as políticas de uso do solo e - como em 1965 – reconhecer formalmente sua propriedade sobre as terras.

Luiz Backes, o velho desconfiado, e seus vizinhos não dão sinais de desistência. “Muita gente me diz que não vale a pena, que fulano tem dinheiro e vai fazer o que for onde quiser”, afirma ele. “Eu digo que isso só vai acontecer se não estivermos unidos”.



AJOVACAR- Associação José Valentim Cardoso, Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra da Abelha

O Greengrants apoiou esta comunidade da Mata Atlântica na construção de uma rede de trilhas de ecoturismo com o fim de criar um incentivo econômico à proteção da floresta. Financiou também a criação de um projeto de planejamento e história comunitários para ajudar os moradores de Santa Cruz dos Pinhais a trabalharem em conjunto para proteger a Reserva da Floresta com Araucária da pressão das madeiras.

Rio São Francisco

Quando o candidato Lula visitou o rio São Francisco durante a campanha de 1994, na segunda de três tentativas fracassadas de chegar à presidência, Roberto Malvezzi se aproximou dele em um momento de descanso. Conhecido como Gogó, Malvezzi trabalhava, e continua trabalhando, nas comissões pastorais da terra e da pesca da Igreja católica. Naquela época, ativistas progressistas como Gogó tinham acesso a Lula.

Gogó perguntou ao candidato qual era sua posição sobre a transposição das águas do São Francisco a outras partes do semi-árido nordestino, idéia defendida pelo rival Fernando Henrique Cardoso. Gogó mencionou as implicações sociais e ambientais negativas deste dispendioso projeto de engenharia. Questionado também pela imprensa, Lula prometeu que, se fosse eleito, designaria uma comissão de alto nível para estudar as alternativas.

Com a ajuda da Natureza, os ativistas conseguiram impedir o esquema de transposição de Fernando Henrique nos dois mandatos de seu governo de oito anos. Quando, em Novembro de 2002, Lula foi eleito numa onda de promessas de desenvolvimento sustentável, eles sentiram-se confiantes para abandonar a retaguarda e passaram a preparar um esquema de “revitalização” eficiente para o debilitado rio.

Imaginem a surpresa deles quando Lula deu volta atrás e começou a tentar que os ativistas engolissem os mesmos velhos argumentos. De fato, a proposta de Lula é mais ambiciosa e cinco vezes mais cara, tendo sido orçada em US\$ 5 bilhões. “Nossas ações impediram a primeira versão de Fernando Henrique”, conta Nadia Maria Guedes Farfán, diretora de projetos da Associação dos Guardiães Ambientais do Vale do São Francisco (Aguavale), em Petrolina, situada à margem do rio. “Agora eles aparecem com relatórios que tentam minimizar a importância dos impactos negativos”.

O rio São Francisco percorre o sertão, região culturalmente rica mas economicamente pobre. Os grandes planaltos do sertão bloqueiam o fluxo de ar. As temperaturas são altas durante todo o ano. À exceção dos períodos de seca, a região tem um índice pluviométrico adequado, entre 300 e 800 milímetros por ano. Mas o solo é impermeável e a maior parte da chuva que não evapora rapidamente com o calor escoar e se perde. A luta dos agricultores para subsistir nestas condições foi retratada por Graciliano Ramos em *Vidas secas*, romance filmado pelo diretor Nelson Pereira dos Santos.

Durante décadas, políticos como Fernando Henrique e Lula usaram o sofrimento dos pequenos proprietários, semelhantes aos personagens de Ramos, para convencer os contribuintes a despejar dinheiro no Nordeste. “Eles usam a seca para atrair recursos públicos e transformá-



los em propriedade privada”, explica Gogó. Na década de 1990, a imprensa descobriu que um líder parlamentar possuía seis poços, que produziam 6.000 galões de água por dia, em terras particulares no meio do sertão. O fenômeno faz parte do processo político brasileiro e tem um nome: a indústria da seca.

Fernando Henrique e Lula não são os primeiros políticos brasileiros a tentar transpor as águas do Rio São Francisco a outras partes do sertão. No século XIX o Imperador Dom Pedro II já havia traçado um esquema semelhante e, desde então, a idéia ressurgiu periodicamente na agenda política.

Poucas das 17 milhões de pessoas que sofrem com a inadequada provisão de água no sertão serão beneficiadas pelos dois amplos canais que passarão ao largo ou que nunca chegarão até elas. Os principais beneficiários provavelmente serão os produtores de frutas tropicais e de algodão para exportação.

Mesmo que a água fosse reservada aos pobres, ainda resta uma outra questão, levantada pelo Bispo Luiz Flávio Cáprio em uma seção especial sobre a transposição do rio no jornal *A Tarde*, de Salvador: “Como alguém que sofre de anemia (o rio São Francisco) pode doar sangue a pessoas doentes (outras bacias fluviais)?”

Há muito o rio São Francisco vem sendo devastado por grandes barragens, pelo desflorestamento de suas nascentes e ao longo de seu curso, além da poluição e de seu bombeamento para irrigação. Dos 504 municípios que margeiam seu curso de 2.700 quilômetros, só 78 possuem saneamento adequado. A erosão deposita anualmente 18 toneladas de sedimentos no leito do rio. De fato, o São Francisco já não tem forças para alcançar o mar: exemplares de robalo, encontrado exclusivamente em águas marinhas, têm sido vistos até 50 km rio acima.

Os peixes de água doce, outrora abundantes, estão desaparecendo. As represas interromperam os ciclos de desova; importantes para a recuperação dos estoques pesqueiros, os lagos e piscinas periféricos eram visíveis nas épocas de cheia, mas desapareceram. O engenheiro Teodoro Sampaio escreveu durante uma expedição oficial em 1880: “O São Francisco tem um enorme tanque de desova onde nunca falta peixe”. Compare-se isto com a previsão, feita 125 anos depois, por Pedro de Souza, presidente da colônia de pescadores de Juazeiro, uma cidade à beira do rio: os estoques “vão chegar a zero”.

Os ativistas exerceram um papel importante na derrota do plano de transposição de Fernando Henrique, mas contaram com a ajuda de uma grave seca. A seca reduziu o fluxo de água nas represas hidrelétricas do São Francisco. A produção de eletricidade caiu drasticamente, agravando a escassez nacional, que já era séria. Autoridades federais concluíram que o São Francisco não poderia fornecer o fluxo de água suficiente para gerar eletricidade e para ser transposto a outras partes do Nordeste.

Os ativistas esperam derrotar o esquema de Lula sem uma crise similar. Em Petrolina, um promotor público independente entrou com uma ação contestando o relatório de impacto ambiental e o seu processo de revisão pública. Ativistas como Gogó e Nadja pretendem difundir informações no interior, entre as comunidades locais. Em cidades maiores, como Salvador, grupos ambientalistas como o Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) trabalham nos comitês oficiais da bacia do São Francisco e em outras redes para deter o processo. “O São Francisco está em todas as agendas”, afirma Renato Cunha, diretor executivo do Gambá. “Ele transformou-se num exemplo nacional”.



Ex-correspondente do *Financial Times* e da *Business Week* no Brasil, Bill Hinchberger é o criador e editor de BrazilMax,

“o guia esperto do Brasil.”

APEDEMA

Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente. O apoio do Greengrants a esta organização ajudou a produzir materiais de divulgação para estimular a participação pública no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Sua meta é encontrar alternativas ao desenvolvimento do projeto de transposição que ameaça a saúde do rio São Francisco e as comunidades que dele dependem. A extensão do rio São Francisco, da nascente ao Oceano Atlântico, é de 2.700 km. Ele atravessa cinco estados e os 640.000 km² de sua bacia alcançam 503 municípios, onde habitam 14 milhões de pessoas.

Maranhão

Para obter uma vista aérea do parque, é preciso competir com os urubus que pousam entre os sacos plásticos no lixão improvisado da vizinhança. Jovens vagueiam pelo caminho em frente a uma choça deteriorada que funciona como o bar da esquina. O vale abaixo mostra os sinais das incursões de famílias pobres como as que criaram a favela que nos cerca mais acima.

Para Murilo Drummond, isto é uma espécie de volta ao lar. Há duas décadas o professor de genética e evolução começou a frequentar esta área, uma das poucas onde restam trechos da floresta amazônica nos limites municipais de São Luis, a capital do estado, que possui quase um milhão de habitantes. Ele costumava trazer estudantes em viagens de campo e liderava expedições de pesquisa. Naquela época, esta área cheia de urubus ainda se mantinha relativamente intocada.

Em 1980, os 3.200 hectares que nos cercam foram demarcados como o Parque Estadual do Bacanga. Em teoria, a demarcação do parque restringia ainda mais a intervenção humana na área, que desde 1944 havia sido área de proteção de águas. Grande parte da água potável da cidade provém de reservatórios localizados no parque.

No final da década de 1980, os pesquisadores concentraram-se numa parte do parque denominada Reserva Florestal do Sacavém mas, cada vez que regressavam, os cientistas observavam novos sinais de invasão humana. “A degradação e o crescimento da população nos arredores eram visíveis”, lembra Drummond. Os professores e estudantes protestaram junto aos administradores da Universidade Federal do Maranhão. O decano convocou a liderança e prometeu dar-lhes uma área próxima ao campus para que fizessem pesquisas se parassem de falar no parque. “Ele estava tentando nos fazer calar”, afirma Drummond. Em resposta, Drummond e seus colegas fundaram um grupo ambiental denominado AMAVIDA, para dar prosseguir a seu ativismo fora das fronteiras da academia.

Descendo por uma estrada de terra, passando por um antigo convento e virando à esquerda, alcançamos a delegacia ambiental do estado do Maranhão. Com 70 homens e dois veículos 4x4, esta delegacia tenta fazer cumprir a lei ambiental em todo o estado – são mais de 333.000 km², uma área pouco menor que a Alemanha.



Atrás das barracas estreitas a AMAVIDA montou um centro de apicultura similar aos que os moradores locais operam, com sua ajuda, nas pequenas comunidades da região do semi-árido no estado. Com o patrocínio de uma companhia local, a AMAVIDA fornece aos apicultores espécies nativas e assistência técnica e de marketing. O projeto recebeu prêmios da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha e da Fundação Ford.

A criação de abelhas representa um importante passo proativo para a AMAVIDA. Ela começou apagando incêndios, talvez porque os grupos ambientalistas eram poucos em 1990, quando foi fundada. Era preciso protestar contra os danos ambientais causados pelo naufrágio de um cargueiro? Chame a AMAVIDA. Era preciso alguém para ajudar a implementar um plano de reflorestamento na comunidade? A AMAVIDA vinha em auxílio. Precisava-se de ajuda para redigir o código ambiental do estado? A AMAVIDA enviava especialistas. Os primeiros anos do grupo foram marcados principalmente por protestos e por tentativas infrutíferas de trabalhar em parceria com o setor público. Finalmente, em 1994 o grupo uniu-se a uma companhia privada para estabelecer uma estação de campo para estudar pássaros migratórios. “Aquilo nos afastou dos constantes protestos”, lembra Drummond. Em seguida houve a iniciativa da criação de abelhas. Hoje, os ativistas da AMAVIDA continuam atuando em diversas comissões oficiais e a ONG opera como incubadora informal para grupos ambientais incipientes na cidade e no estado.

Dois policiais decidiram acompanhar nossa visita ao Parque Estadual do Bacanga e fomos em seu jipe. Fico sujo ao passar por poças de lama: ao olhar para baixo, verifico que há um buraco no piso do veículo. Pouco depois, à nossa esquerda, vejo meia dúzia de vacas pastando. Atividades econômicas como a pastagem são formalmente proibidas no parque, mas as vacas não são as únicas. Somos ultrapassados por um caminhão carregado com gaiolas de galinhas que mal repara em nossa presença. À direita, uma luxuosa residência inacabada se eleva atrás de um portão. Segundo os policiais, um juiz embargou a obra, mas de alguma maneira a estrutura continua a crescer. Um deles acrescenta: “Por aqui há campos de futebol por todas partes”.

O estado tornou-se vulnerável às disputas pela terra quando se deteve a meio caminho ao criar o parque. Foi empregado o princípio do domínio eminente para reivindicar a propriedade pública sobre terras privadas, mas sem indenizar os antigos ocupantes. Além da residência luxuosa, uma pedreira operou ali durante anos. Uma fábrica de asfalto ocupa uma ampla faixa de terra em outra parte do parque.

Logo depois, à direita, nos aproximamos de uma área seca salpicada de mudas, a maior parte delas chegando à altura de nossas cinturas. É a evidência da primeira etapa do programa de reflorestamento da AMAVIDA. Com a ajuda de voluntários da comunidade, a AMAVIDA plantou 15.000 mudas de oito diferentes espécies de árvores nativas, entre elas ipês e acácias. Crianças das escolas locais fizeram a maior parte do trabalho, além de voluntários de um hospital psiquiátrico, que ergueram um pequeno muro de pedras em volta de suas mudas.

O crescimento populacional do Maranhão é de 1,5% ao ano. Como em outras partes do Brasil, as habitações populares continuam escassas. Em vez de tentar lidar com as invasões, os funcionários periodicamente encolhem o parque, refletindo os novos assentamentos humanos. Os 3.200 hectares originais já foram reduzidos para 2.800. “Agora querem redefinilo novamente”, diz Drummond. Para obter votos em época de eleições, muitos políticos organizam e patrocinam invasões de sem tetos. Segundo algumas estimativas, o tamanho real do parque está 30% menor do que era quando foi demarcado há 25 anos.



Atualmente poucos estudantes freqüentam o Bacanga. O bairro é considerado um dos mais perigosos de São Luis. Mas a AMAVIDA espera que um milhão de mudas, aliadas à educação ambiental das comunidades vizinhas, ajudem a mudar as coisas. A estudante de graduação Clarissa Moreira Coelho, uma ativista do Planeta Vida, parceira do AMAVIDA, esclarece: “Nós vamos trabalhar com as comunidades em torno do parque para que elas o defendam”.

AMAVIDA - Associação Maranhense para a Conservação da Natureza

O Greengrants apoiou seus esforços para fortalecer as redes ambientais no estado do Maranhão, representar os interesses do estado no plano nacional e respaldar uma organização importante da rede em Urbano Santos.

Prodetur

“As pessoas diziam que eu estava louco”, conta João Fernandes Filho, recordando a inauguração de sua pequena pousada turística há alguns anos. “Depois abrimos o restaurante. ‘Quem vão ser os clientes?’ perguntavam”.

Franceses, alemães, suíços, estadunidenses, brasileiros, estes eram os clientes. Acontece que gente de todas as partes do mundo chega à Pousada e Restaurante Sol e Mar. Mas, à diferença de muitas outras vilas de pescadores às margens da costa nordestina, Prainha do Canto Verde, a comunidade de João não foi invadida por aproveitadores, especulação imobiliária, poluição, drogas e crime. “Ainda podemos dormir com as portas abertas”, afirma Aila Maria da Silva Fernandes, esposa e sócia de João. “Os arruaceiros que só querem confusão não vêm por aqui”.

Na Prainha do Canto Verde o turismo comunitário não serve unicamente seus próprios fins, de gerar renda extra para pessoas como João e Aila, mas atua como uma arma na luta contra a especulação imobiliária e os problemas sócio-ambientais que, inevitavelmente, acompanham o turismo de massas. Na Prainha do Canto Verde os moradores conseguiram alterar o roteiro padrão que rege as comunidades “descobertas” como destinos turísticos.

O roteiro típico é mais ou menos assim: munida de informação privilegiada sobre investimentos em infra-estrutura ou em turismo, gente de fora começa a comprar terras dos moradores por preços que, mesmo sendo às vezes inflacionados para os padrões tradicionais, são sempre baixos pelas taxas do mercado. Surgem “proprietários” até então desconhecidos, com escrituras questionáveis sobre vastas e valiosas terras. Eles exigem que os moradores abandonem suas terras. Os que resistem podem ser fisicamente ameaçados por bandos de pistoleiros, que às vezes destroem suas propriedades. “As comunidades sentem quando os tratores chegam”, diz Jefferson Souza da Silva, coordenador do programa de manejo costeiro do Instituto Terramar, uma organização não governamental que trabalha com comunidades costeiras do estado do Ceará. “Os conflitos estalam. Você estava vivendo em terras sem dono e, de repente, o dono aparece”. Exaustos, os moradores vendem as terras ou abandonam a luta. Casas de veraneio, hotéis, *resorts* e condomínios de luxo substituem a antiga vila de



pescadores. Os pescadores e suas famílias abandonam as atividades tradicionais em troca de empregos mal pagos em hotéis e restaurantes.

Em Prainha do Canto Verde os moradores fundaram uma cooperativa turística para promover a propriedade local e vender ao mundo seu tipo especial de turismo. Eles criaram parcerias com grupos de fora, como universidades, para receber treinamento para si e suas crianças como guias ou cozinheiros. O esforço foi reconhecido no país e no estrangeiro e recebeu prêmios da revista brasileira *Superinteressante* e da British Airways. Enquanto isto, a comunidade continua seu esforço por combater a pesca ilegal e predatória e a especulação imobiliária. “A implementação deste tipo de turismo é uma forma de resistência”, afirma Edilene Américo Silva, secretária executiva do Fórum em Defesa da Zona Costeira do Ceará, uma coalizão de organizações não governamentais que trabalha com a comunidade.

O governo brasileiro encara o turismo como um elemento-chave de sua estratégia de criação de empregos. Até o final da gestão de quatro anos do Presidente Lula, em dezembro de 2007, o Ministério do Turismo espera receber nove milhões de turistas por ano, que gastarão o equivalente a US\$ 8 bilhões em moeda estrangeira. O transporte aéreo doméstico deve dobrar durante a gestão de Lula, alcançando 65 milhões de passageiros por ano. Neste processo, o Ministério espera gerar 1,2 milhão de novos empregos.

Antes da chegada de Lula ao poder o turismo já havia sido destinado a salvar o Nordeste, banhado pelo sol, mas pobre. Em 1989 o governo federal começou a planejar uma grande ofensiva de desenvolvimento turístico. Em dezembro de 1994, o governo assinou um empréstimo de muitos milhões de dólares com o Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID). O programa, denominado Prodetur – Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste, foi dividido em quatro fases. A primeira consistiu principalmente em obras públicas – expansão de aeroportos, construção de estradas e projetos de saneamento. “Desenvolver o turismo no Nordeste significava melhorar a infra-estrutura”, diz Renato Cunha, diretor executivo do Grupo Ambiental da Bahia (Gambá), em Salvador. “A idéia era atrair as pessoas para as praias ou para regiões com atrativos ecológicos”.

Grupos como o Gambá e o Instituto Terramar começaram a ajudar as comunidades a reagir ao rolo compressor do Prodetur. Eles conseguiram algumas vitórias parciais: tanto na Bahia como no Ceará, as comunidades conseguiram que as rodovias fossem retraçadas para atender às preocupações ambientais ou locais. Mas estes esforços eram geralmente pequenos ou tardios. Na Bahia, as autoridades recorreram a táticas da supostamente ecológicas e montaram fachadas ambientais para projetos questionáveis. “Foram criadas Áreas de Proteção Ambiental (APA) restringindo seu uso ao turismo e à conservação”, lembra Cunha. “Ao longo da costa, tudo foi convertido em APA. Mas era só para facilitar a construção de *resorts*”. Em 1998, uma coalizão de ONGs que incluiu a Terramar jogou a toalha com relação ao Prodetur. “Estávamos sendo derrotados”, afirma Souza da Silva.

A primeira fase do Prodetur terminou há dois anos. No regulamento da segunda fase, planejada para começar este ano, o BID incluiu a exigência de participação comunitária. O Gambá figura entre as organizações convidadas a participar, mas os pequenos grupos ambientalistas carecem de recursos para revisar cuidadosamente todos os documentos técnicos que recebem, admite Cunha. O próprio projeto deveria incluir fundos para ajudar as organizações comunitárias e ambientalistas a cumprir suas funções de supervisoras, ele argumenta. E acrescenta que pelo menos um dos projetos do Banco Mundial na cidade de Curitiba, ao sul do país, incluiu esta cláusula.



Enquanto isto, no Ceará, um punhado de outras comunidades desenvolve projetos turísticos locais de acordo com o modelo da Prainha do Canto Verde. “Nós não queremos separar os esforços proativos do papel de críticos e de opositores”, afirma Souza e Silva. “Nossa luta atual é tornar viável o turismo comunitário”.

“O turismo vai chegar, queiramos ou não”, afirma René Scharer, um executivo aposentado da Swiss Air e membro fundador do Instituto Terramar, que fez de Prainha do Canto Verde a sua casa. “Você precisa definir o tipo de turismo que quer.”

PRODETUR. Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará

Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará – PRODETUR. Uma doação do Greengrants apóia o monitoramento e a consulta a comunidades costeiras do estado do Ceará a respeito do impacto potencial de um programa de desenvolvimento turístico financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Apóia também o incentivo à participação comunitária no desenvolvimento do turismo na costa cearense e seu monitoramento através da criação de escritórios locais e da distribuição de materiais sobre os princípios de sustentabilidade adotados pelo governo.

A inspiração de Porto Murtinho estimula o ativismo além das fronteiras

Para os neófitos, Porto Murtinho parece estar no meio do nada ou, simplesmente, no fim da linha. Uma estrada interestadual bem pavimentada acaba aqui. Nenhuma ponte cruza o rio ligando a cidade ao Paraguai. Na margem oposta do rio há algumas lojas que vendem iscas e as choças esqueléticas de uma tribo indígena deslocada. Para além da reserva encontra-se a vasta área do Gran Chaco, uma bioregião notável por sua diversidade e por ser inóspita: as áridas planícies do Chaco, que cobrem grande parte do Paraguai, parte da Argentina e da Bolívia e esta franja do Brasil, são tão escassamente povoadas quanto as regiões polares, os desertos e as florestas tropicais. Nenhum destes países se deu ao trabalho de instalar ali um posto de controle. Ainda assim, muitos a consideram um paraíso, ou pelo, menos sua entrada.

Por trás de um dique desmoronado que por duas décadas conseguiu impedir a inundações crônicas do rio Paraguai, as 15.000 almas de Porto Murtinho habitam o canto sudoeste do Pantanal. Conhecido como o “Serengeti¹ da América do Sul”, o Pantanal é um mosaico de pântanos e florestas baixas e planaltos com savanas. Na época de chuva os rios e córregos cobrem as margens e inundam 80% do Pantanal, cobrindo uma área mais de dez vezes maior do que o Everglades da Flórida. As lagoas se enchem de ninfêias; onças e tamanduás gigantes rondam os pântanos e pássaros migratórios, como o maçarico-do-campo, pousam para o descanso sazonal.

Para os pescadores esportivos, e eles são quase todos homens, esta franja do Paraguai invoca visões de espécies de água doce apreciadas, como o dourado, “um peixe que luta e vale a pena o trabalho de pescá-lo”, segundo um website especializado.

Carregando suas varas de pesca, homens brasileiros, grandes bebedores de cerveja e fumantes compulsivos, chegam aos bandos às cabanas de pesca de Porto Murtinho. Eles alternam os dias no rio com as noites na cidade, geralmente na companhia de prostitutas. Muitas

¹ Parque nacional da Tanzânia considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO. [N.da T.]



trabalhadoras do sexo são imigrantes do outro lado da fronteira ou de alguma parte do Brasil. As mulheres locais também são levadas a este comércio. Há crianças entre algumas imigrantes e talvez entre as moradoras locais: quatro suspeitos foram presos em outubro de 2004 acusados de, sob falso pretexto, tentar forçar uma brasileira de outro estado a se prostituir.

Chega Clemência Bitancourt Donatti, de apelido Cida. Baixa, robusta e cheia de energia, ela é um azogue. Conheceu o marido João Carlos quando eram ativistas do movimento estudantil, mas há sete anos, quando se mudaram para Porto Murtinho, Cida prometeu dedicar-se exclusivamente ao trabalho como professora. Ela não queria meter-se demais nos assuntos locais. Mas os problemas sociais da cidade entravam cada manhã pela porta da sala de aula – prostituição, gravidez adolescente e o índice alarmante de pobreza na cidade. “Eu era obrigada a conviver com estas coisas no trabalho”, diz ela. “Eu tinha que fazer alguma coisa”.

Ela recrutou seus colegas professores e começou a oferecer educação sexual às meninas e às jovens mães, usando o teatro para captar a atenção. Mas, sem o apoio das famílias, as adolescentes eram uma audiência relutante. Quando tentou atrair as famílias, Cida descobriu que a raiz do problema encontrava-se em uma outra dimensão. Até cinco casais compartilhavam uma pequena choça. Para obter privacidade ou paz, muitas vezes os casais dormiam ao relento. As crianças corriam soltas pelas cozinhas, quintais e pelas ruas lamacentas. “Não tinha sentido falar de exploração sexual nem de plantar árvores”, Cida pensou.

Com a ajuda do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e uma organização regional da sociedade civil denominada Ecologia e Ação (ECO), Cida conseguiu levar 600 moradores a uma reunião: “Tem uma maluca aqui que diz que podemos conseguir casa!”, exclamou um participante. A maior parte da pequena multidão esperava sair com uma escritura. Quando as pessoas descobriram que teriam que investir em suor de maneira igualitária, o número de candidatos diminuiu para 16 famílias.

Com o tempo, a “maluca” provou que era hábil para negociar um pedaço de terra e materiais de construção com autoridades do governo. Outras pessoas se inscreveram. Levou quase três anos, mas foram construídas 63 unidades unifamiliares. Os orgulhosos futuros proprietários sortearam a divisão das estruturas. Apesar de modestas e inclusive espartanas para os padrões da classe média, depois de três anos as casas continuam bem conservadas, cada uma com um detalhe – um pé de laranja plantado em um quintal, uma nova pintura no outro quarteirão.

Durante a construção, os participantes às vezes chegavam para trabalhar em seus turnos e não achavam o que fazer. Talvez as autoridades tivessem esquecido de enviar os materiais. Mas as pessoas não regressavam para casa chateadas. Cida e seus voluntários organizavam sessões educativas sobre HIV/AIDS, artesanato e uma coisa chamada “hidrovia”, um plano promovido pelos governos da região para dragar e retificar o rio Paraguai com o fim a melhorar a navegação das barcaças que transportam, principalmente, soja para a exportação. Os ambientalistas advertem que a hidrovia ameaça a frágil estabilidade de todo o ecossistema do Pantanal.

Seguiu-se uma outra etapa de construção de moradias em Porto Murtinho, ainda que enfrentando maiores dificuldades devido aos crescentes obstáculos levantados pelas autoridades. Mas a nova mistura de agenda social e ambiental determinou o curso da Vida Pantaneira, o nome adotado por Cida e seus parceiros para sua organização. A Vida Pantaneira organizou seminários e eventos, ajudou os catadores de iscas a melhorar sua posição



FUNDO SOCIOAMBIENTAL
casa

profissional, organizou grupos de voluntários para semear mudas às margens desflorestadas dos rios e ajudou a garantir o acesso aos serviços de saúde pública brasileiros para os vizinhos indígenas paraguaios, que não possuíam outras alternativas nas proximidades.

A Vida Pantaneira fez do rio Paraguai o seu foco principal e isto levou a organização além das fronteiras. “Você não pode falar do rio Paraguai do ponto de vista de uma das margens”, afirma Cida. “Ele é um rio fronteiro”. A Vida Pantaneira convidou os cidadãos de Colônia Carmelo Peralta, a vila paraguaia mais próxima, a se unirem ao seu movimento. Alguns professores paraguaios aceitaram o convite. No momento, tentam vencer a burocracia e registrar em seu próprio país a Ecochaco, uma organização independente. Os dois grupos estão planejando para este ano uma conferência binacional de jovens.

Apesar de sua retórica fraterna, os governos do Cone Sul, quando agem em nome da integração regional, parecem incapazes de pensar mais além de projetos de mega infraestrutura ambientalmente destrutivos, como a hidrovia. Ao longo do rio Paraguai, a Vida Pantaneira parece ter avançado mais na direção da integração com o país vizinho do que uma década de projetos governamentais mal fadados. Seja por inveja ou por despeito, o fato é que há políticos e representantes de interesses privados que chegam às raias do absurdo para desacreditar o pequeno grupo de ativistas da Vida Pantaneira. “Tem gente que diz que nós representamos a rainha da Inglaterra”, conta Cida com um sorriso.

Vida Pantaneira

O apoio do Greengrants à Vida Pantaneira ajudou a registrar legalmente a entidade e a desenvolver um programa para melhorar as condições econômicas das pessoas que vivem nas comunidades ribeirinhas do Pantanal, facilitando reuniões comunitárias para estimular atividades de geração de renda sustentáveis e a participação nas decisões sobre políticas públicas.
